



territórios negros

Informativo de apoio às Comunidades Negras e Quilombolas • Publicação de KOINONIA

ano 5 • nº 20 • ago./dez.2005

editorial

Quando o presidente Lula assinou o Decreto 4.887 em novembro de 2003, parecia que finalmente chegara ao poder um governo que atenderia às demandas do movimento quilombola. De lá para cá três portarias da Fundação Cultural Palmares (Nº 19, de 14 de maio de 2004, Nº 35, de 06 de dezembro 2004, e a última, nº 2, de 17 de janeiro de 2006) oficializaram o reconhecimento de mais 250 comunidades (cerca de 150 apenas em Alcântara/MA). Mas o que a princípio deveria marcar a abertura do processo de identificação, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por essas comunidades, mostrou ser, do ponto de vista fundiário, apenas um ato simbólico, sem efeito concreto para mudar a condição de milhares de famílias que aguardam ter o direito à terra.



Fabiane Gama

D. Terezinha e Seu Benedito, da Comunidade Alto da Serra (RJ)

Parte dessa situação parece se dever à complexidade do processo administrativo. O Incra ainda não dispõe nem de técnicos nem de uma rotina estabelecida para dar conta das atividades necessárias à regularização das 200 comunidades listadas pelo órgão em todo o Brasil. Apesar da proposta inicial do Incra de padronizar os procedimentos para tais estudos, em todo o país, a partir de convênio com a ABA (Associação Brasileira de Antropologia), os recursos para isso não foram viabilizados pelo governo. Isso tem levado os escritórios regionais do Incra a tomar suas próprias iniciativas de contratos com entidades e pesquisadores locais a partir da pressão exercida pelo movimento em cada região. O que gera, no entanto, o problema de falta de padronização de qualidade técnica e de custos.

Por outro lado, é necessário registrar que tais reconhecimentos também têm por efeito concreto a criação de um público novo e crescente para as políticas públicas diferenciadas. Assim como acontece com as populações indígenas, a tendência existente na política dirigida aos quilombolas deixa de estar concentrada em um único órgão governamental, para tornar-se transversal a vários ministérios e programas governamentais. Ainda assim, o principal ministério com ações junto aos quilombolas é o do Desenvolvimento Agrário (MDA), que tem apoiado projetos de desenvolvimento sustentado em algumas áreas, principalmente através do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf). A queixa dos quilombolas continua sendo, porém, que sem regularização fundiária, todas essas iniciativas correm o risco de cair no vazio.

Por fim, gostaríamos de nos desculpar com os leitores pelo atraso desta edição do Informativo Territórios Negros, que traz notícias de agosto a dezembro de 2005. Contamos com sua compreensão e renovamos o compromisso com a regularidade desta publicação.

• NACIONAL

**DECISÃO JUDICIAL
PREJUDICA QUILOMBOLAS**

Donos de imóveis entraram com um mandado de segurança na 6ª Vara Federal de Porto Alegre alegando que suas propriedades nunca foram ocupadas por comunidades quilombolas. Por isso, em agosto de 2005, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu por unanimidade suspender os efeitos da portaria 19/2004 da Fundação Palmares, que certifica 28 quilombos em 12 estados. Mesmo assim, em reunião interinstitucional em Porto Alegre, houve consenso de que a Portaria não pode impedir a continuidade dos trabalhos do Incra para regularizar os territórios quilombolas.

Fonte: OQ

**ONU RECEBE DENÚNCIAS
SOBRE ALCÂNTARA E
MARAMBAIA**

Em novembro, o Cohre entregou ao Relator Especial da ONU para Racismo, Xenofobia e outras formas de intolerância, Doudou Diène, um dossiê sobre Alcântara (MA) e Ilha da Marambaia (RJ). O documento relata os casos de despejos forçados, desrespeito ao direito à moradia adequada e dificuldade na manutenção dos territórios étnicos dessas comunidades quilombolas.

Fonte: Boletim Quilombol@

**QUILOMBOLAS PARTICIPAM
DE OFICINA PARA
ELABORAÇÃO DE PROJETO**

O Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, do Ministério do Desen-

volvimento Agrário, promoveu em Brasília a Oficina de Elaboração de Projetos de Apoio à Inclusão Produtiva das Comunidades Quilombolas. A oficina, realizada em outubro, reuniu 25 pessoas entre mulheres quilombolas de mais de 10 estados, técnicos e técnicas e ofereceu orientações sobre a apresentação de projetos, planejamento, elaboração do Plano de Trabalho e prestação de contas.

Fonte: Incra

• NOS ESTADOS

RO

**QUILOMBO EM RESERVA
BIOLÓGICA CRIA POLÊMICA**

Incra publicou uma portaria que sobrepõe o território quilombola do Vale do Guaporé à Unidade de Conservação de Proteção Integral, iniciando uma disputa com o Ibama. O órgão ambiental afirma que os limites da comunidade foram definidos de forma artificial. Já os defensores da portaria dizem que os moradores do quilombo ajudam a preservar os recursos naturais e que estão sendo vítimas de discriminação racial. Enquanto isso, as 21 famílias sobrevivem dos programas assistenciais do governo federal e a floresta em seu entorno desaparece ao ritmo constante dos tratores de madeireiros e pecuaristas.

Fonte: Instituto Socioambiental

PA

**QUILOMBOLAS DENUNCIAM
CRIME AMBIENTAL**

O Igarapé do Curvão, localizado na comunidade

quilombola de Bom Jardim, teve a sua nascente assoreada por um fazendeiro que ocupa terras dentro da comunidade. A Associação do Quilombo (ArqBomj) e a coordenação do Serviço Afro-Amazônica de Solidariedade (Sara) enviaram denúncia ao Ministério Público Federal e ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama). Segundo os quilombolas, a demora do Incra em titular as terras permite que terceiros ocupem e degradem a área, o que no futuro tornará impossível a agricultura e a caça de subsistência.

Fonte: Jornal O Liberal

**QUILOMBOLAS DENUNCIAM
PROGRAMA DO GOVERNO**

Quilombolas da região do Maicá, Santarém, boicotaram a inauguração de obras do programa Luz Para Todos, do governo federal. Eles reclamam que não estão sendo cumpridas as determinações que foram divulgadas de que as comunidades indígenas e quilombolas seriam prioridade no programa e denunciam o uso eleitoral das obras, que selecionam comunidades por número de habitantes.

Fonte: Jornal O Liberal

MA

**GRUPO DE TRABALHO DEFINE
AÇÕES PARA ALCÂNTARA**

Foi assinado em setembro de 2005 o relatório final do Grupo Executivo Interministerial (GEI) para o Desenvolvimento Sustentável de Alcântara. O grupo tem o objetivo de articular, viabilizar e acompanhar as ações necessárias ao desenvolvimento sustentável do município, além de propiciar as condições adequadas à eficiente condução do

Programa Nacional de Atividades Espaciais e ao desenvolvimento das comunidades quilombolas locais, respeitando suas peculiaridades étnicas e socioculturais.

No entanto, durante o I Seminário "Traçando Estratégias de Defesa do Território Étnico de Alcântara", realizado em dezembro, as Comunidades Quilombolas elaboraram um documento manifestando intranquilidade em relação ao silêncio sobre como estão sendo tratadas as questões envolvendo a instalação do Centro Espacial de Alcântara (CEA).

Nesse mesmo mês, o CEA enviou carta ao MDA procurando esclarecer algumas dúvidas, mas os quilombolas alegam que a correspondência não esclarece de fato os pontos principais.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e OQ



Povoado de Moreira (MA)

Francisco José Araújo

PÓLO SIDERÚRGICO AMEAÇA COMUNIDADES TRADICIONAIS

Um consórcio formado pelas empresas Baosteel, Pasço e Vale do Rio Doce está negociando a instalação de um pólo siderúrgico na ilha de São Luiz. Atualmente, cerca de dez comunidades tradicionais, formadas por remanescentes de quilombos, indígenas e pescadores, vivem na área, o que pode provocar o despejo de cerca de 15 mil pessoas.

Fonte: Agência Brasil

GO

MULHER KALUNGA INDICADA PARA O PRÊMIO NOBEL



Site falamulher.com

Procópio dos Santos Rosa

Uma das 52 brasileiras escolhidas para premiação de 2005, Procópio dos Santos Rosa, de 72 anos, foi homenageada em Goiânia, por ser considerada referência tanto na luta pela terra quanto no trabalho como parteira na comunidade quilombola de Montes Claros. Ela integrou a lista do Projeto Mil Mulheres, apresentado à ONU, que propõe que o Prêmio Nobel da Paz de 2005 seja concedido às mil mulheres indicadas, e não apenas a uma.

Fonte: Boletim Sintonia Digital

PARCERIA PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DOS KALUNGAS

O Inbra fez parcerias com a Agência Rural e o IBGE para agilizar as ações de mapeamento das terras do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga e dar assistência aos quilombolas que moram nas cerca de 28 comunidades lá existentes. Em agosto, foi assinado um Termo de Cooperação Técnica que definiu que as áreas de ocupação ilegal, em terras devolutas do

governo do estado, terão a atuação da Agência Rural. Já o Inbra seria responsável em caso de desapropriação de proprietários legalizados.

Fonte: Inbra

BA

QUILOMBOLAS RECEBEM RECURSOS DA PETROBRÁS

Três quilombos da Chapada Diamantina, na região de Barra do Brumado e Rio das Contas, serão beneficiados com cerca de R\$400 mil do programa Petrobrás Fome Zero. Na região onde vivem cerca de 198 famílias, a verba servirá para o desenvolvimento de um projeto de criação de avestruz, visando a geração de emprego e renda à população local.

Fonte: Jornal Correio da Bahia

MG

LISTA DE PROJETO QUILOMBOS GERAIS TRAZ MAIS DE 300 COMUNIDADES NO ESTADO

A ONG Cedefes disponibilizou uma lista das comunidades quilombolas de Minas Gerais identificadas e pré-identificadas pelo Projeto Quilombos Gerais. O número atualizado em outubro é de 332 quilombos.

Fonte: Equipe Quilombos Gerais - Cedefes

QUILOMBOLAS E SEM-TERRA SE UNEM

Em agosto, quilombolas de Brejo dos Crioulos invadiram a Fazenda Bonanza, de 1.500 ha, localizada em Varzelândia, Norte de Minas, que já estava ocupada por trabalhadores sem-terra desde julho. Eles alegam que parte da propriedade foi um antigo quilombo, mas afirmam que não haverá conflito com os sem-terra, já que estes não ocupam áreas quilombolas. "A

invasão servirá para pressionar. Cansamos de esperar uma decisão do Governo federal sobre as terras do antigo quilombo", desabafa Tição, presidente da Associação Quilombola.

Fonte: Jornal Hoje em Dia

ALFABETIZADORES QUILOMBOLAS

A Fundação Banco do Brasil, por meio do programa BBeducar e com a consultoria técnica do Instituto Socioambiental (ISA), certificou 47 quilombolas do Vale do Grotuba como alfabetizadores. Após 160 horas de treinamento, representantes das 27 comunidades que povoam sete municípios mineiros tentarão diminuir a taxa de analfabetismo entre adultos da região, que chega a quase 60%. "Outros projetos não deram certo porque traziam professores de fora, que não conheciam a nossa realidade", disse Liobino Quaresma, 42, vice-coordenador da Associação dos Quilombolas. Os alfabetizadores receberão uma bolsa de R\$ 250 durante 10 meses.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo

ES

MULHERES QUILOMBOLAS FAZEM ENCONTRO SOBRE SAÚDE

O II Encontro de Mulheres Quilombolas do Espírito Santo foi realizado pelo Programa Saúde e Direitos de KOINONIA em outubro, no município de São Mateus. Entre as questões de saúde, foi discutida a prevenção e tratamento das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), inclusive a Aids. Em relação ao Direito, as quilombolas querem acesso à terra, educação, saúde, entre outros.

Fonte: KOINONIA

III FESTIVAL DO BEIJU

Em agosto de 2005, a população quilombola do Sapê do Norte promoveu o III Festival do Beiju. A idéia do festival nasceu junto com o início da mobilização quilombola local e tem por objetivo recuperar o valor da farinha de mandioca e de seus derivados, não só como principal produção econômica, mas também como marca da cultura, da memória e da oposição da população negra ao avanço das monoculturas de cana e eucalipto, que se expandem e degradam a terra.

Durante o Festival, os resultados da pesquisa realizada por KOINONIA em 2002 foram entregues às 35 comunidades dos municípios de Conceição da Barra e São Mateus.

Fonte: OQ



JM Arruti

Silvio, da Comunidade Divino Espírito Santo (ES)

DEPUTADA EXIGE QUE SEDU ROMPA CONVÊNIO COM ARACRUZ CELULOSE

A deputada Iriny Lopes (PT-ES) exigiu que a Secretaria de Estado da Educação (Sedu) rompa o convênio com a Aracruz Celulose para o

desenvolvimento do programa Identidade Cultural do Negro. A deputada afirmou que se for necessário irá com os quilombolas até o Ministério da Educação denunciar o convênio. O programa é visto como uma afronta aos quilombolas, uma vez que a empresa tomou terras dos negros da região. Aos que conseguiram resistir, a empresa agride com sua milícia armada e com o uso de agrotóxicos nas plantações de eucalipto, vizinhas às comunidades.

Fonte: Site Século Diário

RJ

MARINHA IMPEDE CURSOS, PROJETOS E INCRA DE ENTRAR NA MARAMBAIA

O Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos (Cohre) e a Associação Quilombola da Ilha da Marambaia (ARQIMAR) organizaram em setembro de 2005 um curso de formação em direitos humanos e direito à moradia para os quilombolas da região. A Marinha não respondeu aos pedidos de autorização para que os técnicos pudessem entrar na ilha, e as atividades tiveram que ser desenvolvidas em Itacuruçá. O mesmo ocorreu com a equipe de KOINONIA em maio e, mais recentemente, em dezembro. O próprio Incra teve sua entrada proibida este ano.

Um grupo de trabalho foi formado pelo MDA, Incra, Seppir, Ministério da Defesa e da Marinha para negociar uma solução para o impasse envolvendo a regularização do território, mas a própria comunidade não foi incluída no grupo nem tem sido informada sobre suas reuniões.

Fonte: Boletim Quilombol@, Incra e OQ

QUILOMBO DO SACOPÃ RECORRE AO STF

A comunidade do Sacopã tem mais de 20 pessoas e ocupa uma área nobre do município do Rio de Janeiro há mais de 100 anos. O patriarca das famílias do Sacopã entrou com uma ação de

usucapião que já completa 30 anos e foi julgada procedente na 1ª instância. A sentença, porém, foi contestada pelos representantes de condomínios verticais. Em julho, os quilombolas perderam em 2ª instância, mas vão recorrer ao Supremo Tribunal Federal.

Fonte: Boletim Quilombol@



Barcos de pescadores da Ilha da Marambaia (RJ)

SP

AÇÃO AMEAÇA FAMÍLIAS DA COMUNIDADE DE CAMBURI

Ação de reintegração de posse iniciada em 1976 em Ubatuba ameaça despejar 10 famílias do bairro Camburi, reconhecidas em julho como quilombolas pelo Itesp. A ação, que cita apenas duas das dez famílias que vivem no local, foi julgada procedente pelo juiz Antônio Manssour Filho. A Secretaria de Justiça do Estado de SP pretende garantir a permanência das 10 famílias na área. Vale lembrar que a estratégia de despejo individual é prática comum na expropriação de comunidades pobres e tradicionais no país.

Fonte: Jornal Vale Paraibano

ESTADO INTERVÉM NO CASO CAÇANDOCA

A comunidade de Caçandoca estava sob ameaça de despejo desde que uma incorporadora da cidade obteve liminar determinando a reintegração de posse de parte da área ocupada pelos quilombolas, mas graças à intervenção do Itesp e a uma ação proposta pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, a permanência dos quilombolas no local está garantida até que seja concluído o processo de titulação da área, que está em tramitação.

Fonte: Portal do Governo do Estado de São Paulo

QUILOMBOLAS ENTRAM NA ERA DA INTERNET

Em outubro, a comunidade de Ivaporunduva, no Vale da Ribeira, ganhou telecentro para

fortalecer a capacitação e a educação de jovens e adultos, permitir o acesso a informações sobre benefícios e direitos e oferecer espaço de lazer. A iniciativa surgiu da parceria entre o Banco do Brasil, o Instituto Socioambiental, a Associação Quilombo de Ivaporunduva e o governo federal, por meio de um programa do Ministério das Comunicações que visa promover a inclusão digital no País. A idéia é abrir o acesso aos computadores para outros quilombos da região.

Fonte: Site Instituto Socioambiental

SC

INVERNADA DOS NEGROS DENUNCIA SITUAÇÃO DE PRECARIIDADE

Em setembro, foi constatado que pelo menos 20 quilombolas trabalhavam em regime de escravidão em uma fazenda de reflorestamento do Grupo Imaribo, no município de Campos Novos, e mais de 50 trabalhadores vivem sem acesso a saúde, água tratada e encanada e energia elétrica. Mesmo sabendo que o processo de regularização de terras é demorado, os quilombolas reivindicam a melhoria de suas condições de vida. A única atenção que recebem é do governo federal, por meio do Bolsa-escola e do Fome Zero. A denúncia que levou uma força-tarefa do MPF até a comunidade foi feita pelo Movimento Negro Unificado.

Fonte: Jornal A Notícia

RS

ENCONTRO DE QUILOMBOLAS NO RIO GRANDE DO SUL

Em setembro de 2005, ocorreu o II Encontro Regional das Comunidades Quilombolas em São Lourenço do Sul, cujo tema foi "Resgate, Valorização e Resistência da Cultura nas comunidades quilombolas". O evento foi organizado pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor.

Fonte: Assessoria de Imprensa do CAPA

JM Arruti



Em depoimento durante curso de formação em direitos humanos e direito à moradia, promovido pelo Cohre em setembro, Seu Dionato, ex-presidente da Associação Quilombola da Ilha da

Marambaia, conta um pouco sobre a história da ilha - desde os tempos dos Breves -, a convivência da comunidade com as diversas administrações que teve, os conflitos e a organização comunitária dos ilhéus:

Sobre o tempo do Sr. Breves [antigo negociante que usava a ilha como entreposto de escravos] eu não conheço muito, mas sei que a área era uma fazenda para onde os escravos eram trazidos para engorda e preparados para serem negociados com outras fazendas.

Tenho conhecimento de que o Breves ficou doente e veio a falecer e os escravos que se encontravam na Ilha naquele momento ficaram com o direito, dado por ele antes de morrer.

Verbalmente, foi passado que cada um deles ficaria como sendo dono de um daqueles pontos que é na praia. Esses pontos passariam para cada um dos escravos, mas tudo foi feito verbalmente, nada por escrito. Esses escravos viviam de caça e pesca e plantavam mandioca e cana-de-açúcar.

Nos anos 40, veio a Escola de Pesca e foi muito bom porque trouxe mesmo a questão da pesca e também trabalho para muitos moradores. Ali, as pessoas saíam do serviço como profissionais. Nos anos 70, se instalou o Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia (Cadim) onde os recrutas da Marinha são adestrados e fazem o treinamento de tiro. Eles montam a linha de tiro e fazem esse treinamento, atirando. Das casas, se pode ouvir os tiros. Há aqueles que fazem treinamento de guerra. Morar e pescar em um local onde há tiros fica difícil porque [a população] não é avisada.

Se no momento eles chegarem e os pescadores não tomarem conhecimento de que eles estão lá, pode ser um problema muito sério. A Associação ARQIMAR começou a se reunir em 2002. Preparamos tudo, fizemos logo o estatuto. A comunidade toda se reuniu para aprovar os Estatutos e, em 2003, a Associação já estava montada. A associação é de todos os moradores. Ainda há aqueles que têm dúvida sobre participar, mas a maioria tem uma boa participação. A pressão da Marinha sobre a Associação existiu sempre, mas no tempo atual já estão aceitando a Associação.

LAGOA DOS ÍNDIOS GANHA TÍTULO DE COMUNIDADE QUILOMBOLA



Em agosto, a Secretaria Extraordinária de Políticas para os Afrodescendentes entregou o Certificado da FCP de Reconhecimento de Comunidade Quilombola à Comunidade da Lagoa dos Índios. O documento reconhece como sendo quilombola a gleba ocupada desde 1802 por descendentes de escravos. Segundo a professora Núbia de Souza, presidente da Associação de Mulheres Negras, a comunidade perdeu pelo menos 10 mil ha para empresas que se instalaram no entorno da vila nos últimos anos.

Fonte: Jornal Diário do Amapá

INVERNADA DO PAIOL DA TELHA É A PRIMEIRA COMUNIDADE RECONHECIDA NO ESTADO



Em setembro, a comunidade foi o primeiro grupo reconhecido como quilombola no Paraná. Esse reconhecimento legitima a luta e representa um primeiro passo na retomada das terras que os mesmos receberam de herança em 1860 de D. Balbina Francisca de Silveira, que foi expropriada, a partir da década de 1960.

Fonte: Comissão Pastoral da Terra do Paraná em 30/09/2005

FCP RECONHECE DUAS COMUNIDADES



Serra da Guia, em Poço Redondo, e Campinho, em Amparo do São Francisco, foram reconhecidas em setembro como remanescentes de quilombos pela Fundação Cultural Palmares. A Sociedade Afro-Sergipana de Estudos e Cidadania (Saci) levantou 47 comunidades, mas a estimativa é que existam mais de 200.

Fonte: Agência Afro-Étnica de Notícias Afropress

IVAPORUNDUVA

Ivaporunduva é a mais antiga comunidade quilombola de São Paulo, formada por descendentes de escravos que se embrenharam no Vale do Ribeira no século XVIII, à procura de ouro.



A Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em torno da qual a vila cresceu, continua de pé, com a face voltada para o Ribeira do Iguape, único grande rio não barrado do estado. Constituída em taipa, em 1791, ela é o orgulho da comunidade, destacando-se sobre a paisagem composta pela exuberância da Mata Atlântica e extensos bananais a única fonte de renda da população - 70 famílias, organizadas em torno da Associação Quilombo de Ivaporunduva.

Para quem chega, o acesso é feito com canoas iguais às do passado ou balsas. Crianças e adultos enfrentam diariamente a correnteza para ir e voltar da escola, comprar algo, resolver algum negócio ou passear em Iporanga, cidade mais próxima.

Ivaporunduva significa "rio de muitos frutos", em tupi. Para seus moradores, o Ribeira foi a primeira fonte de alimentos e água, estrada inicial de suas vidas. De um lado, apresenta riquíssimo patrimônio cultural e ambiental, com florestas,



restingas e mangues praticamente intactos, graças ao relevo acidentado e às dificuldades de acesso. Do outro, os mais baixos indicadores sociais de São Paulo - altas taxas de mortalidade infantil e analfabetismo, falta de escolas, assistência médica e saneamento.

Recentemente, Ivaporunduva tornou-se a primeira comunidade quilombola de São Paulo a conseguir a propriedade definitiva de suas terras - 3,1 mil hectares de área, aproximadamente. A atividade básica é a bananicultura, a exemplo do que acontece em todo o vale. São 400 mil pés, cultivados em esquema familiar. Perto de cada casinha tem um bananal, por menor que seja, além de roçados de arroz, feijão, milho, hortas e fruteiras variadas. A colheita é feita em mutirão, e a comercialização, no atacado. Conseguiram a certificação da banana como produto orgânico pelo Instituto Biodinâmico, valorizando ainda mais a mercadoria.



A população também passou a buscar fontes alternativas de renda, reintroduzindo o plantio de juçara, espécie nativa da Mata Atlântica, ameaçada de extinção pela exploração predatória. O objetivo é repovoar a mata para viabilizar o manejo sustentável no futuro. Outra atividade geradora de renda é o curso de capacitação em artesanato, em que são resgatadas técnicas artesanais ancestrais utilizando a fibra de bananeira, com a qual fazem bolsas, esteiras, sacolas, colares, pulseiras, tudo muito bem aceito pelos turistas que vêm visitá-los.

O turismo cultural também já chegou em Ivaporunduva. A comunidade conta com um técnico ambiental e com quatro monitores ambientais capacitados pelo Itesp, órgão que os ajudou na construção de um hotel com capacidade para hospedar 45 pessoas.

REVOLTA DOS MALÊS

Durante as primeiras décadas do século XIX, várias rebeliões de escravos explodiram na província da Bahia, sendo que a mais importante delas foi a dos Malês.

A rebelião ocorreu na noite de 24 para 25 de janeiro de 1835, enquanto os africanos muçulmanos celebravam em suas senzalas o Ramadã (o mês de jejum dos muçulmanos) e os católicos celebravam, na igreja do Bonfim, a festa de Nossa Senhora da Guia. Nessa época, a cidade de Salvador tinha cerca de metade de sua população composta por negros escravos ou libertos, das mais variadas culturas e procedências africanas, dentre as quais a islâmica, como os haussás e os nagôs.

Os nagôs foram a maior liderança do levante (em iorubá, língua dos nagôs, muçulmano é *imale*, daí o termo malê), que terminou com a morte de rebeldes e adversários, muitos feridos e centenas de presos. Os rebeldes conseguiram atacar o quartel que controlava a cidade, mas devido à inferioridade numérica e de armamentos, acabaram massacrados pelas tropas da Guarda Nacional, pela polícia e por civis armados que estavam apavorados ante a possibilidade do sucesso da rebelião negra.

Os objetivos do movimento não ficaram totalmente esclarecidos. Podemos afirmar que queriam o fim da escravidão africana, mas não é certo que quisessem extinguir a escravidão enquanto sistema de organização de trabalho e da sociedade. É possível encontrar depoimentos acusando-os de planejar a escravização de mulatos e o massacre de brancos e negros nascidos na Europa e no Brasil.

Não há muitos indícios de que desejassem impor o islamismo, já que consideravam todos os africanos seus aliados em potenciais. Havia um islamismo militante e um mais adaptado à religiosidade local baseada em práticas de magia como adivinhação e confecção de amuletos. Mesmo entre os malês mais letrados, não havia uma unidade de experiência religiosa.

Como consequência do levante, as autoridades brasileiras fizeram uma repressão deslançada contra os africanos, em especial contra os adeptos do Islã, através de uma perseguição brutal que levou centenas de africanos libertos a serem expulsos do país, embora tenha havido também a resistência de escravos e libertos que conseguiram ficar. A Revolta dos Malês demonstra às autoridades e às elites o potencial de contestação e rebelião que envolvia a manutenção do regime escravocrata.



RELATÓRIO SOBRE PESQUISA "QUILOMBOS DO SAPÊ DO NORTE

As comunidades negras rurais dos municípios de Conceição da Barra e São Mateus (ES)"

O relatório da pesquisa realizada por Koinonia foi entregue às comunidades do Norte do Espírito Santo durante o III Festival do Beiju em agosto, e está disponível no Observatório Quilombola.

fique sabendo

INSTRUÇÃO NORMATIVA DO INCRA: MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO

Em setembro de 2005, o Incra publicou a nova instrução normativa (nº 20), que define passo a passo como será feita a regularização fundiária dos territórios quilombolas, segundo o decreto 4.887/03 do Presidente Lula. A IN nº 20 substitui a instrução nº 16 e traz mudanças importantes.

Uma delas é a previsão de que o processo de desapropriação - previsto pela norma anterior e pelo decreto -, além de ser fundamentado pelo artigo 184 da Constituição Federal, artigo que trata da reforma agrária, agora também se baseia no artigo 215, que prevê que o Poder Público protegerá o patrimônio cultural brasileiro, entre outros meios, através da desapropriação.

Outra mudança é a exigência de relatórios antropológicos para a conclusão da regularização. É uma garantia de que o processo será feito observando-se as particularidades das comunidades quilombolas, como o uso comum da terra.

territóriosnegros

Este informativo é parte do projeto de comunicação do Observatório Quilombola (OQ), produzido pelo programa EGBÉ - TERRITÓRIOS NEGROS de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. Sua periodicidade é bimestral; com uma tiragem de 1.200 exemplares, destinada à distribuição entre as comunidades negras rurais. Também encontra-se em formato digital no site OQ. Colabore com notícias e manifeste sua opinião.

Secretário-executivo de KOINONIA: Rafael Soares de Oliveira

Editor do OQ e deste Informativo: José Maurício Arruti

Assistente de edição: Rosa Peralta

Pesquisa: Andréa Carvalho, Ana Emília Gualberto, Daniela Yabeta, Rosa Peralta

Programação visual: Lena Benzecry

Redação: Manoela Vianna, Aline Lopes e Daniela Yabeta

Revisão: Helena Costa



KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço
Rua Santo Amaro, 129 Glória • 22211-230 Rio de Janeiro
RJ • Tel. (21) 2224-6713 Fax (21) 2221-3016
territoriosnegros@koinonia.org.br • www.koinonia.org.br



oq@koinonia.org.br
www.koinonia.org.br/oq